

• Constituinte

ADUBOS TREVU GRUPO LUXMA

SEGUNDO TURNO

Líderes negociam sob pressão das eleições

Quatro dos temas polêmicos cuja votação pela Constituinte foi adiada para que os líderes tentassem um acordo ainda estão pendentes de solução: eleição em dois turnos, inelegibilidade, salário dos "marajás" e posse das ilhas oceânicas. O líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, disse que aceita conversar sobre qualquer alternativa que possa viabilizar um acordo.

Preocupado, segundo relato da Agência Globo, em concluir o mais rápido possível os trabalhos da Constituinte, por causa das eleições de novembro (um terço dos constituintes é candidato), Jobim recusa-se a colocar qualquer tema na categoria de "inegociável".

Para ele, o entendimento pode ocorrer sobre o mérito ou sobre o processo de votação. Se não for possível negociar o texto, é indispensável acordar que haverá disputa no voto, mas nenhum líder obstruía a sessão. Sempre que necessário, recorre-se ao adiamento, para se ter tempo necessário à negociação.

Dos dispositivos adiados durante esta semana e ainda não solucionados, os dois turnos são o mais polêmico, por causa das consequências políticas. Com eleições em turno único, o PDT acredita que elege Marcelo Alencar prefeito do Rio, e o PDS, Paulo Maluf em São Paulo, por exemplo (veja matéria ao lado).

Continua pendente a questão da inelegibilidade dos parentes consanguíneos de ocupantes de cargos do Executivo e que não exercem mandato eletivo. A tendência é a aprovação de um texto novo, com aval de todos os líderes, tornando os parentes inelegíveis em qualquer pleito que ocorrer a partir do sexto mês da posse do prefeito, governador ou presidente da República.

Os líderes também buscam uma saída para o inciso XI do artigo 38, criado para impedir a criação de "marajás" no serviço público, ao determinar que a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração no serviço público, desde que não sejam excedidos, dentro de cada um dos poderes da República, os valores totais recebidos, em espécie, pelos membros do Congresso Nacional, os ministros do Supremo e os ministros de Estado, e seus correspondentes nos estados e municípios.

Na quinta-feira, a Constituinte já aprovou alguns dispositivos que restringem o texto de "marajás", proibindo a acumulação de cargos públicos remunerados e estabelecendo que os acréscimos pecuniários dos servidores públicos não poderão ser computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos posteriores.

Outra pendência atinge a situação das ilhas oceânicas: o texto do primeiro turno as incluiu entre os bens dos estados, se já eram ocupadas por estes. Há propostas de mudar o conceito de "ocupação" para o de "domínio", que é mais amplo.

Estes são os itens já abordados:
• Redação (artigo 21, inciso XXI) — Inclui na competência da União estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação. Foi suprimida a pa-

lavra "transportes", porque "viação" é mais abrangente.
• Transporte (artigo 22, inciso XI) — Suprimir, da competência da União para legislar, o transporte de bens e pessoas nas rodovias e ferrovias federais.

• Licitações (artigo 22, inciso XXVI) — Explicitar que são instituídas e mantidas pelo poder público as fundações que terão a licitação e contratação controlada pela União.
• Erro (artigo 23, parágrafo único) — Substituir a expressão "pessoas político-administrativas" por "União, estados e Distrito Federal".

• Correção (artigo 24, inciso XIII) — Substituir a palavra "judiciária" por "jurídica".
• Posse (artigo 30, inciso III) — Estabelecer a posse dos prefeitos no dia 1º (e não 31) de janeiro, subsequentemente à data da eleição.

• Imunidade dos vereadores (artigo 30, inciso VI) — Mantê-la dentro dos limites do município, derrubando emenda do deputado Roberto Freire (PCB-PE).
• Julgamento de prefeito pelo Tribunal de Justiça (artigo 30, inciso VIII) — Rejeitar emenda do ministro Cardoso Alves, que queria suprimir esta determinação.

• Associações (artigo 30, inciso X) — Acolher emenda do deputado Ervin Bonkoski, que amplia a todas as associações (não apenas as de bairro) a participação no planejamento municipal.
• Iniciativa popular (artigo 30, inciso XI) — Deixar livre a votação da emenda do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) que elimina exigência de manifestação de 5% do eleitorado para a iniciativa popular em projetos que serão examinados pela Câmara Municipal.

• Inclusão (artigo 36, "caput") — Aprovar emenda do senador Iram Saraiwa (PMDB-GO), incluindo o Distrito Federal junto aos municípios localizados em territórios federais, passíveis de sofrer intervenção da União nos casos especificados.
• Publicidade do governo (artigo 38, parágrafo primeiro) — Será aberta a votação do texto que veda aos órgãos públicos fazer pro-

moção pessoal de autoridades na publicidade.
• Isonomia (artigo 40, parágrafo primeiro) — As lideranças não apoiaram destaque da deputada Moema São Thiago (PSDB-CE) que queria retirar dos funcionários de autarquias e fundações públicas, e assemelhados, direito de isonomia de vencimentos com servidores com atribuições iguais no mesmo poder ou nos demais poderes.
• Aposentadoria por invalidez (artigo 41, inciso I) — As lideranças acordaram a seguinte fórmula: aposentadoria integral por invalidez permanente decorrente de acidente de trabalho, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, e proporcional nos demais casos.

Na tarde de quinta-feira, surgiu entre os líderes a proposta de ferir mais uma vez o regimento e acrescentar na nova Carta um dispositivo estabelecendo que as eleições municipais de novembro terão um só turno. "A grande maioria do partido é favorável à eleição em um turno neste ano, porque as composições já estão feitas. O PFL ainda não avaliou, a nível nacional, se seus candidatos terão maiores chances com um ou dois turnos", disse o deputado pefelista José Lins (CE).

O novo "lobby" do funcionalismo

por David Friedlander de Brasília
O funcionalismo público civil já se está organizando para influir na regulamentação de duas das suas principais conquistas na nova Constituição: os direitos à greve e à sindicalização, aprovadas quinta-feira pela Assembleia Nacional Constituinte. Para tanto, entidades classistas dos servidores públicos estão promovendo discussões para a formulação de projetos de lei sobre as duas questões, que serão entregues a constituintes comprometidos com a defesa de sua inclusão em lei complementar.

A confecção do projeto de lei regulamentando o direito de greve será discutida durante o congresso nacional do funcionalismo, marcado para o início de outubro, em Brasília. "Embora o direito de greve esteja consagrado, temos que

nos precaver para evitar que o governo coloque obstáculos na lei complementar", explicou sexta-feira Antônio Carlos Vianna, vice-presidente para Assuntos Federais da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e presidente da Federação dos Servidores Públicos Federais do Rio Grande do Sul.

Entre as questões polêmicas, ele menciona a definição dos serviços essenciais. "Queremos participar da comissão que vai tratar do assunto", diz ele. O projeto de lei a ser formulado pelos servidores pretende, além de definir quais seriam os serviços essenciais, fixar o percentual de funcionários que trabalharia em caso de greve. "Agora, o governo vai ter que nos respeitar muito mais", comemora o presidente da confederação.

A discussão sobre o direito à livre associação sindical está mais adiantada. Em julho passado, a confederação realizou congresso em Curitiba, definindo propostas que no momento estão sendo estudadas pelas bases da categoria. "Não queremos sindicatos apenas para negociar salários e fazer greves, mas também para influir na melhoria dos serviços públicos".

Das propostas sobre sindicalização em estudo, segundo Vianna, as que até agora tiveram maiores índices de aceitação foram: sindicalização por ministérios, em cada estado, no caso do funcionalismo federal; criação de sindicatos por secretarias, em cada estado, para os servidores estaduais; e, no caso do funcionalismo municipal, sindicalização por secretarias nas cidades de grande e médio porte, e sindicalização também por secretarias, mas a nível regional, reunindo pequenos municípios.

Na última quinta-feira à noite, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reuniu em seu gabinete o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), o vice-líder pefelista, Inocêncio Oliveira (PE), e o líder do PMDB, Nelson Jobim. "Como o doutor Ulysses me fez um pedido contundente para voltar a participar dos acordos, não posso deixar de atendê-lo", declarou José Lourenço ao final do encontro.

A obstrução promovida pelos pefelistas trouxe à tona uma tática que vem sendo o acordo de lideranças no segundo turno de votação da Constituinte: o desrespeito ao regimento da Assembleia. São admitidas apenas emendas supressivas e os líderes têm alterado a redação do texto, o que só é permitido com o apoio de todos os partidos. Por isso, o PFL conseguiu atrasar os trabalhos constitucionais.

Na tarde de quinta-feira, surgiu entre os líderes a proposta de ferir mais uma vez o regimento e acrescentar na nova Carta um dispositivo estabelecendo que as eleições municipais de novembro terão um só turno. "A grande maioria do partido é favorável à eleição em um turno neste ano, porque as composições já estão feitas. O PFL ainda não avaliou, a nível nacional, se seus candidatos terão maiores chances com um ou dois turnos", disse o deputado pefelista José Lins (CE).

Ele se reuniu na última sexta-feira à tarde com o líder peemedebista Nelson Jobim. Nesta segunda-feira de manhã, José Lins participa da reunião dos líderes, mas seu partido só vai fechar acordos oficialmente depois de uma nova reunião, marcada por Ulysses Guimarães para as 15 horas. "Durante o final de semana, vamos consultar os parlamentares da

PFL suspende bloqueio que provocou adiamentos na pauta de votações

por Adriana Vera e Silva de Brasília

O PFL deve retornar oficialmente às negociações entre os líderes partidários da Assembleia Nacional Constituinte nesta segunda-feira. Extraoficialmente, entretanto, o partido já voltou a participar das reuniões dos líderes desde a última sexta-feira, três dias depois de se ter retirado dos acordos de lideranças, o que provocou o adiamento de votação de diversos temas polêmicos da nova Constituição nesta semana (veja matéria ao lado).

Na última quinta-feira à noite, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reuniu em seu gabinete o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), o vice-líder pefelista, Inocêncio Oliveira (PE), e o líder do PMDB, Nelson Jobim. "Como o doutor Ulysses me fez um pedido contundente para voltar a participar dos acordos, não posso deixar de atendê-lo", declarou José Lourenço ao final do encontro.

A obstrução promovida pelos pefelistas trouxe à tona uma tática que vem sendo o acordo de lideranças no segundo turno de votação da Constituinte: o desrespeito ao regimento da Assembleia. São admitidas apenas emendas supressivas e os líderes têm alterado a redação do texto, o que só é permitido com o apoio de todos os partidos. Por isso, o PFL conseguiu atrasar os trabalhos constitucionais.

Na tarde de quinta-feira, surgiu entre os líderes a proposta de ferir mais uma vez o regimento e acrescentar na nova Carta um dispositivo estabelecendo que as eleições municipais de novembro terão um só turno. "A grande maioria do partido é favorável à eleição em um turno neste ano, porque as composições já estão feitas. O PFL ainda não avaliou, a nível nacional, se seus candidatos terão maiores chances com um ou dois turnos", disse o deputado pefelista José Lins (CE).

Ele se reuniu na última sexta-feira à tarde com o líder peemedebista Nelson Jobim. Nesta segunda-feira de manhã, José Lins participa da reunião dos líderes, mas seu partido só vai fechar acordos oficialmente depois de uma nova reunião, marcada por Ulysses Guimarães para as 15 horas. "Durante o final de semana, vamos consultar os parlamentares da

Essa articulação poderá ter sucesso, pois os dois partidos têm as maiores bancadas da Constituinte. Para que sejam alterados no texto da nova Carta os pontos desejados pelo PFL, basta que sejam negociadas apenas emendas supressivas. Modificações de redação não poderiam ser aprovadas sem o acordo das demais bancadas.

"A atitude mais correta adotada pela Constituinte a favor da nossa juventude foi aprovar o voto aos 16 anos. Precisamos cada vez mais votar. Quem disse que eleição não enche bodega, estava errado", brinco o senador. Ronan Tito disse ainda que não está pleiteando sua indicação para o Ministério do Trabalho. "Quero finalizar o que comeci. Encerrada a elaboração da nova Constituição, teremos ainda muito trabalho com a necessária legislação ordinária e complementar", concluiu Tito.

Líder do governo prevê encerramento em setembro

por Maria Augusto Valla do Rio

A nova Constituição do País deve estar pronta no final de setembro, garantiu, sexta-feira, no Rio, o senador Ronan Tito (PMDB-MG), líder do governo no Senado. Segundo o parlamentar mineiro, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, vai escolher um dia de setembro — que não seja o dia 7, já uma data marcante — para a promulgação da nova Carta. "O doutor Ulysses quer assinalar outro fato relevante no calendário nacional, o ponto final da nova Constituição do País", afirmou Tito, durante coquetel com empresários cariocas, no Copacabana Palace.

Na avaliação de Ronan Tito, a fase de "turbulência" da Constituinte, com a apreciação de temas polêmicos, como os direitos trabalhistas e sociais, já foi superada. "E, graças a Deus, todos os direitos fo-

ram aprovados", afirmou o senador. Ele entende que, a partir de agora, a Constituinte terá quórum suficiente para apressar os trabalhos. Ronan Tito, referindo-se à aprovação pela Constituinte para o voto voluntário para menores com 16 anos, disse que no próximo ano, quando o Brasil, pela primeira vez, depois de 29 anos, elegerá seu presidente pelo voto direto, o País será outro.

"A atitude mais correta adotada pela Constituinte a favor da nossa juventude foi aprovar o voto aos 16 anos. Precisamos cada vez mais votar. Quem disse que eleição não enche bodega, estava errado", brinco o senador. Ronan Tito disse ainda que não está pleiteando sua indicação para o Ministério do Trabalho. "Quero finalizar o que comeci. Encerrada a elaboração da nova Constituição, teremos ainda muito trabalho com a necessária legislação ordinária e complementar", concluiu Tito.

Rejeição de decreto-lei terá de ser revista

O líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, disse na sexta-feira que a Constituinte terá de rever o dispositivo que estabelece a rejeição automática dos decretos-lei que não tiverem sido aprovados até a promulgação da nova Carta, sob pena de "jogar o País na insegurança jurídica".

A matéria integra a lista das modificações pretendidas pelo governo e sua supressão faz parte das condições impostas pelo PFL para que o partido retorne à mesa de negociação. Segundo Jobim, a simples supressão do parágrafo único do artigo 29 das "Disposições Transitórias", requerida pelo líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, ao invés de solucionar o impasse criado pela rejeição automática dos decretos-lei, geraria

Sarney acha que nova Carta acaba com a "política do pires na mão"

por David Friedlander de Brasília

A reforma tributária promovida pela nova Constituição acaba com a "política do pires na mão, que foi durante muito tempo condenada por todos os setores da sociedade", disse na sexta-feira o presidente José Sarney, durante seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", numa alusão à política de concessão de privilégios beneficiando políticos, executada pelo poder Executivo. Sarney observou que, a

partir de 1º de janeiro, "de acordo com o que decidiu a Constituição", a União não terá mais a obrigação de executar programas nos estados, mas de estabelecer normas, diretrizes e unificar políticas nacionais. Lembrou, também, que a iniciativa privada "não deve mais esperar subsídios, ajudas do Estado, que não pode e nem tem como dar".

O presidente afirmou que, apesar de ter feito muitas críticas a alguns pontos da nova Constituição, uma vez promulgada a nova Carta não caberia a ele contestá-la, mas em vez disso "marcar a minha tarefa do mais democrata de todos os governos do Brasil, procurando apoiá-la, viabilizá-la e defendê-la".

Sarney também afirmou que, durante os três primeiros anos de seu governo — no triênio 1985/87 —, o Brasil obteve o reencanto da democracia com a liberdade. Enumerou alguns dos resultados "notáveis" de sua gestão: crescimento real de 20% da economia no

triênio; criação de programas sociais e "fim do arrocho" que os salários vinham sofrendo, "até o início do meu governo".

Para justificar essa recuperação do poder de compra do trabalhador, o presidente argumentou que, antes de sua gestão, os salários vinham sendo corrigidos semestralmente, enquanto no seu governo a correção passou a ser mensal — pela Unidade de Referência de Preços (URP). "O arrocho, portanto, acabou", disse Sarney.

40 milhões de brasileiros sem perspectivas de futuro, e lutando desesperadamente para sobreviver.

As ZPE, como são chamadas as novas zonas de exportação, serão uma opção de crescimento para o Nordeste. O Nordeste terá um novo modelo industrial, principalmente agora, com a nova distribuição de renda, em que os estados pobres não poderão mais contar com ajudas maciças da União, como acontecia até agora. A União está, como eu tive a oportunidade de dizer, cortando na sua própria carne, desestatizando, privatizando, desregulamentando para sobreviver e manter a integridade nacional.

Outra palavra que eu desejo dar às brasileiras e brasileiros é sobre o programa de irrigação, comunicando que ele vai avançando cada vez mais. Agora mesmo, a SUDENE me comunica que aprovou cerca de 30 projetos no programa do Fitor Alimentos, com irrigação para o Nordeste. E existe quase uma centena de consultas e projetos em andamento.

Nós precisamos que o Nordeste entre no mercado da agricultura moderna. Vai muito bem o projeto nosso de irrigação naquela área, mas tem um setor que eu queria alertar os produtores nordestinos hoje: é que o mundo inteiro aumenta o consumo do mercado de frutas; hoje, para dar um exemplo, a Austrália exporta cerca de 500 milhões de dólares em frutas, o Chile quase a mesma quantidade. E o Nordeste, pelo seu clima, pelo seu solo, é talvez a melhor região do mundo destinada à produção de frutas para a exportação. Estamos aprovando muitos projetos nesse sentido, mas quero despertar os nordestinos, os agricultores, para esse setor que pode ser desenvolvido na pequena, média, e na grande propriedade, com grande rendimento. Vamos transformar, com a irrigação, o nosso Nordeste, também, num grande produtor de frutas. Essa é a mensagem que eu mando aos nordestinos: aproveitar as condições de solo, aproveitar as condições de clima, para transformar o Nordeste num grande produtor mundial de frutas tropicais.

Agora, minha palavra final de otimismo. E que nos devemos sempre, como eu tenho dito, exercitar a catástrofe, evitar que a má política use o Brasil para inocular a crença de que os nossos problemas são problemas insolúveis. Vai muito bem o projeto nosso de irrigação naquela área, mas tem um setor que eu queria alertar os produtores nordestinos hoje: é que o mundo inteiro aumenta o consumo do mercado de frutas; hoje, para dar um exemplo, a Austrália exporta cerca de 500 milhões de dólares em frutas, o Chile quase a mesma quantidade. E o Nordeste, pelo seu clima, pelo seu solo, é talvez a melhor região do mundo destinada à produção de frutas para a exportação. Estamos aprovando muitos projetos nesse sentido, mas quero despertar os nordestinos, os agricultores, para esse setor que pode ser desenvolvido na pequena, média, e na grande propriedade, com grande rendimento. Vamos transformar, com a irrigação, o nosso Nordeste, também, num grande produtor de frutas. Essa é a mensagem que eu mando aos nordestinos: aproveitar as condições de solo, aproveitar as condições de clima, para transformar o Nordeste num grande produtor mundial de frutas tropicais.

De fato, esse triênio foi o do reencanto da democracia com a liberdade, mas o País não parou. O crescimento real de nossa economia superou 20% nesses três anos.

Agenda

Sexta-Feira

Não houve sessão de votação na última sexta-feira na Assembleia Nacional Constituinte. A tarde, líderes de alguns partidos com representação na Assembleia reuniram-se para negociar, oficialmente, acordos sobre o título IV da nova Carta, referente à organização dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O PFL participou do encontro mas só vai decidir se voltará a fechar acordos com os demais partidos na segunda-feira.

Segunda-Feira

A partir das 9 horas da manhã desta segunda-feira, os líderes partidários, incluindo os do PFL, deverão se reunir para negociar acordos sobre o título IV. As 15 horas, os líderes pefelistas vão entregar ao PMDB uma lista com os pontos que o

Quinta-Feira

Para esse dia, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, programou o começo de um "esforço concentrado", para o qual o PMDB promete o comprometimento de 189 parlamentares.

Presidente faz apelo por quórum no plenário

O presidente José Sarney reunirá, na manhã desta segunda-feira, as lideranças partidárias fiéis ao governo para cobrar maior eficiência na mobilização dos seus aliados na votação do segundo turno da Assembleia Nacional Constituinte.

Este foi um dos motivos do cancelamento da viagem que Sarney faria ao Rio de Janeiro, para inaugurar a Feira Nacional de Informática.

Até agora, relata a Agência Globo, o governo não conseguiu aprovar nenhuma de suas propostas para suprimir dispositivos no segundo turno da Constituinte, o que assessores do Palácio do Planalto atribuem, principalmente, à ineficiência no trabalho das lideranças. A média de presença em plenário, desde o

PMDB garante presença de 189 na quinta-feira

O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), disse sexta-feira que entre os 202 deputados do partido, 189 confirmaram a participação no "esforço concentrado", convocado pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, a partir da próxima quinta-feira, continuando durante o final de semana e entrando

do pela segunda-feira, relata a Radiobrás.

Segundo Ibsen Pinheiro, a opinião de Ulysses é de que o esforço concentrado impõe-se pela necessidade da breve promulgação da Constituição e também para possibilitar a intensa participação dos parlamentares nas campanhas eleitorais municipais.

As críticas de Jânio

O prefeito Jânio Quadros considerou na última sexta-feira que o direito à sindicalização que a Constituinte deu aos servidores públicos "será um desastre nacional". Para ele, "os municípios e estados ficarão parados em toda a Nação, sobretudo nesta ordem



José Lourenço